



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
Gabinete
Comitê Interno de Governança Pública

ATA - SEE/GAB/CIG

Ao **décimo segundo** dia do mês de **setembro** de **2024**, reuniu-se, ordinariamente, o Comitê Interno de Governança Pública da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - CIG/SEEDF, de forma presencial, na Sala de Reuniões do Gabinete, localizada no 12º andar do Ed. Venâncio 3.000 (Shopping ID), Ed. Sede da SEEDF. Participaram desta reunião os seguintes integrantes do CIG: a Secretária de Estado de Educação, Hélvia Miridan Paranaguá Fraga; a Chefe de Gabinete, Ana Cláudia Nogueira Veloso; a Chefe da Assessoria de Governança e Gestão Estratégica, Tânia de Ávila; o Subsecretário de Educação Básica, Substituto, Antônio Carlos do Patrocínio; a Subsecretária de Gestão de Pessoas, Ana Paula de Oliveira Aguiar; a Subsecretária de Administração Geral, Substituta, Eliana Rodrigues; a Subsecretária de Educação Inclusiva e Integral, Vera Lúcia Ribeiro de Barros; o Subsecretário de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação, Substituto, Cristiano Sena Santos; a Subsecretária de Apoio às Políticas Educacionais, Fernanda Mateus Costa Melo; a Subsecretária de Infraestrutura Escolar, Ana Cristina Oliveira da Silva Paula, e o Subsecretário de Operações em Tecnologia da Informação e Comunicação, Luan Lopes Leite. Além dos membros do CIG, **também estiveram presentes na reunião**: o Chefe da Assessoria Técnica de Governança, Integridade e Gestão de Riscos, Christiano Sasaki, na qualidade de Secretário Executivo deste Comitê; a Chefe da Assessoria de Comunicação, Substituta, Maria Eduarda Cardim; a servidora da Assessoria de Comunicação, Grasielle Lima, Matrícula 257.336-9; a Chefe da Assessoria de Relações Institucionais, Substituta, Cássia Luiza de O. Mazza; a Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa, Mônica Maria Cunha Gondim; a Ouvidora, Evelyne Maria da Cunha Queiroz; a Corregedora, Ana Paula Gadelha Marques Meira; e o servidor Rogério Moreira de Oliveira, Matrícula 252.574-7, lotado na Assessoria Técnica de Governança, Integridade e Gestão de Riscos da Assessoria de Governança e Gestão Estratégica, responsável pela redação desta Ata. Estiveram ausente a esta reunião: o Secretário Executivo, Isaias Aparecido da Silva, que não pode comparecer em razão de compromissos concomitantes, e o Chefe da Unidade de Controle Interno, cujo cargo estava vago neste dia. **Os assuntos pautados para esta reunião foram**: (i) ASGOV: Aprovação do Relatório "Escopo, Contexto e Critérios da Gestão de Riscos Estratégicos da SEEDF", constante do Processo - 00080-00172193/2024-97; Aprovação da minuta de instituição do Manual de Contratações e Aquisições Públicas da SEEDF - MCAP; Aprovação dos Módulos I (planejamento da contratação) e II (seleção do fornecedor e formalização da contratação) do MCAP; Deliberação sobre reunião extraordinária do CIG/SEEDF para tratar do planejamento para o início do ano letivo de 2025 envolvendo todas as Subsecretarias; (ii) SUBTIC: Instituição do Portal de Dados Abertos da SEEDF; Desenvolvimento de sistemas para o quarto trimestre de 2024; (iii) ASCOM/OUVIDORIA/ASGOV/SUAPE: Apresentação do Projeto sobre o Cartão Material Escolar. **A reunião iniciou às 15h12min**, com a fala da Secretária de Estado de Educação, Hélvia Paranaguá, que agradeceu a presença de todos e passou a palavra à Chefe da ASGOV, Tânia de Ávila, que cumprimentou a todos e apresentou as pautas do dia aos presentes. Em seguida, Tânia abordou acerca da definição da data para a realização da reunião extraordinária, sugerindo o dia 23 de setembro deste ano. Esclareceu que a reunião extraordinária é necessária para que seja realizado um planejamento conjunto das ações necessárias ao início do ano letivo de 2025, de modo que sejam desenvolvidas a tempo e com o intuito de evitar a sobrecarga dos sistemas da SEEDF. Neste momento,

a Secretária Hélvia salientou a importância do tema, pois, devido ao tamanho e a quantidade de dados necessários para que algumas Subsecretarias possam realizar suas ações, os sistemas em uso na Secretaria podem travar se estas ações forem realizadas concomitantemente. Ainda, reforçou a importância de as Subsecretarias envolverem, neste planejamento, as Coordenações Regionais de Ensino, para que toda a Rede Pública de Ensino esteja integrada. Em seguida, a Chefe da ASGOV propôs uma reunião posterior do CIG/SEEDF com a presença dos Coordenadores Regionais de Ensino para que seja realizado todo esse alinhamento, o que foi aceito pelos integrantes do CIG. Tânia de Ávila questionou aos membros do CIG se a reunião extraordinária poderia ser realizada na data sugerida e todos concordaram com esta proposta. Em seguida, passando para a próxima pauta, Tânia solicitou ao Chefe da Agir, Christiano Sasaki, que apresentasse o detalhamento do Relatório "Escopo, Contexto e Critérios" da Gestão de Riscos Estratégicos. Christiano iniciou sua fala informando que, antes de adentrar nesta pauta, gostaria de levar ao conhecimento dos membros do CIG/SEEDF a participação da equipe da Agir na Reunião Técnica de Gestão de Riscos e Integridade, realizada pela Controladoria-Geral do DF; que, nesta reunião, a CGDF informou aos órgãos participantes sobre a atuação do Tribunal de Contas do DF na avaliação da utilização da Gestão de Riscos e seu impacto nas políticas públicas. Explicou, também, o novo modelo de atuação da CGDF sobre o tema e salientou que a SEEDF está seguindo os parâmetros estabelecidos pela CGDF, pois já está realizando a Gestão de Riscos com base, inclusive, nos Objetivos Estratégicos do Plano Estratégico Institucional - PEI 2023-2027. A Secretária Hélvia salientou que, há muito tempo, vem reforçando junto ao Tribunal de Contas do DF sobre a necessidade de este Tribunal avaliar, também, as questões pedagógicas, e que esse viés reforça a proposta da SEEDF de alteração da Lei de Gestão Democrática, que busca melhorar a gestão nas escolas. O Chefe da Agir lembrou que o Relatório Estratégico de Gestão - REG 2021-2023, que fornece informações sobre os resultados obtidos neste período para o cidadão, representando, assim, um importante instrumento de transparência pública, foi elogiado no Fórum de Governança Pública da CGDF realizado em 5 de setembro de 2024. A Chefe da Asgov, Tânia de Ávila, reforçou a importância de que as áreas vinculem todas as suas ações aos Objetivos Estratégicos do PEI 2023-2027, para que possam ser monitoradas e, assim, reforçar a cultura de um planejamento integrado, principalmente com relação aos projetos desenvolvidos nas unidades escolares, que impactam diretamente na comunidade escolar. A Secretária de Educação sugeriu que cada área nomeie um assessor titular e um suplente, com conhecimento técnico, para acompanhar essa demanda. O Subsecretário da Subtic, Luan Lopes Leite, complementou informando que os formulários de acompanhamento das ações, utilizados pela Suplav, já foram colocados em sistema e que, por isso, cada ação pode ser vinculada aos devidos instrumentos relacionados, tais como o PEI, PDE, PPA, PLOA e outros. Christiano Sasaki, então, salientou que as áreas da Agin e da Agir buscam desenvolver, conjuntamente, as ações do PEI e da Gestão de Riscos, e que, se o monitoramento puder ser realizado por meio de sistema, ajudará bastante na integração de todos os setores. A Secretária Hélvia alertou a todos sobre a importância de, em caso de dúvidas, fazer consultas às áreas responsáveis, perguntando a previsão da utilização do sistema para o monitoramento das ações. Nesse sentido, Cristiano Sena, da Suplav, informou que estão seguindo o plano de ação apresentado ao CIG/SEEDF; que foram feitas reuniões, elencados os programas e ações e que continuam a pesquisa junto às CREs e unidades escolares, mediante formulários que trazem perguntas transversais entre os temas, vinculados às metas e indicadores do PDE. Esclareceu que, de posse das informações e dos dados levantados, a Suplav submeterá o diagnóstico dessas ações para que o CIG/SEEDF possa tomar decisões e permear as próximas ações do órgão. Nesse momento, a Secretária Hélvia solicitou que fossem escolhidas algumas áreas para realização de testes dos sistemas, para apresentação dos resultados posteriormente. Concluído este assunto, o Chefe da Agir apresentou o Relatório "Escopo, Contexto e Critérios" da Gestão de Riscos Estratégicos; explicou que se trata de um documento técnico que necessita da aprovação do CIG/SEEDF; informou que este Relatório tramitou previamente, via SEI, para os membros do Comitê, para sugestões e críticas, e que, após o período de tramitação, as sugestões foram acrescentadas ao documento, exceto as que se referem aos Objetivos Estratégicos e indicadores do PEI, que serão encaminhadas posteriormente para que a Agir faça a análise. Christiano

Sasaki explicou que o escopo trabalhado é a Gestão de Riscos Estratégicos e a próxima fase se refere à elaboração da matriz de riscos estratégicos. Esclareceu que a equipe da Agir já realizou o levantamento de quase todos os riscos e agora está realizando o trabalho de filtrar quais podem impactar diretamente nas políticas públicas e no cumprimento da missão da SEEDF. Nesse momento, Tânia complementou informando que esse documento é inserido no Sistema SAEWEB da CGDF, para monitoramento. Diante dessa explanação, os membros do CIG aprovaram, por unanimidade, o Relatório. Nesse momento, Christiano Sasaki informou que será gerada a decisão de aprovação do CIG e que, depois de assinada, esta será publicada no *site* da SEEDF, na página da Governança. Abrindo a próxima pauta, Tânia de Ávila apresentou a minuta de portaria de instituição do Manual de Contratações e Aquisições Públicas da SEEDF para análise do CIG/SEEDF e apresentação de sugestões. Explicou que, como o Manual terá força normativa, é necessário que a instituição dele se dê por meio de portaria. Esclareceu que, com relação aos módulos que compõem este Manual, estes poderão ser aprovados, gradativamente, pelo CIG, pois foi prevista na portaria que instituiu o Escritório de Processos da SEEDF que os produtos deste Escritório, como é o caso deste Manual, serão aprovados pelo CIG. Após leitura e exame do inteiro teor da minuta desta portaria, o conteúdo foi aprovado, por unanimidade, pelos membros do CIG. A Chefe da ASGOV informou que, diante da anuência do CIG, a minuta de portaria será encaminhada às unidades competentes, com vistas à expedição e publicação deste ato. Nesse momento, Tânia solicitou à Chefe da ASCOM, Substituta, Maria Eduarda, que apresentasse a identidade visual e diagramação dos Módulos I e II desse Manual. Maria Eduarda apresentou a servidora Grasielle, *designer* gráfica da ASCOM responsável pela criação da identidade visual e da diagramação dos Módulos I e II do Manual, para discorrer sobre este trabalho. Grasielle iniciou sua apresentação mostrando os detalhes das capas, da paleta de cores e da relação das imagens e formas utilizadas com os temas específicos dos Módulos. A servidora também explicou a relação das cores utilizadas na parte interna dos documentos com as cores dos fluxogramas dos processos, o tipo da fonte e as formas e disposição do texto para que o documento ficasse com a leitura mais leve e menos cansativa. Nesse momento, Tânia ressaltou a importância dessa preocupação da Ascom na criação da identidade visual e da diagramação nos documentos, pois a maioria desses documentos técnicos geralmente tem um texto muito cansativo e elogiou a escolha da fonte, o tamanho da letra e a inserção de cores e formas para facilitar a leitura pensadas pela Ascom. A servidora Grasielle seguiu explicando como o trabalho foi realizado e a Secretária Hέλvia elogiou o trabalho realizado. Tânia de Ávila pediu a palavra e explanou sobre os detalhes da estrutura dos Módulos do Manual, mostrando aos presentes como o trabalho de mapeamento e modelagem do processo de trabalho foi desenvolvido. Mostrou os arquivos e explicou as etapas dispostas no documento, com áreas responsáveis, detalhamento das tarefas, definição dos prazos e tipo de documentação gerada. Christiano lembrou que essa é a primeira entrega do Escritório de Processos, prioridade definida pelo CIG/SEEDF e é um documento muito importante como controle da Gestão de Riscos realizada na fase de planejamento das contratações. Tânia de Ávila acrescentou que o documento é um avanço para a Governança de Contratações listada na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Christiano ressaltou que a Asgov também pretende trabalhar as Governanças internas da SEEDF como a Governança de Dados, a Governança de Serviços e a Governança de Pessoas, lembrando da importância da integração entre as áreas. Nesse momento todos parabenizaram o trabalho de elaboração deste Manual. A Chefe da AJL explicou a importância da disponibilização de modelos de documentos para que os processos caminhem da maneira correta, evitando que tramitem de forma errada ou faltando documentos. A Chefe da ASGOV relatou que, assim que concluir a elaboração do último Módulo, a intenção é elaborar os modelos de documentos para disponibilizá-los no *site* da SEEDF, no mesmo espaço em for publicado o Manual. Diante da aprovação, por unanimidade, da identidade visual e da diagramação do Manual pelos membros do CIG, a Chefe da Asgov apresentou a minuta de decisão do CIG/SEEDF de aprovação dos Módulos I e II deste Manual, que será gerada e assinada pelos membros do CIG depois da publicação da portaria de instituição do Manual. A minuta desta decisão foi aprovada, por unanimidade e sem ressalvas, pelos membros do CIG. Encerrada esta pauta, a Chefe da Asgov passou a palavra ao Subsecretário da Subtic, Luan Lopes Leite, para as

informações relacionadas à tecnologia da informação e da comunicação. O Subsecretário iniciou sua fala salientando um assunto que já vinha sendo tratado entre a Subtic e Asgov e que foi pauta de uma reunião dessas duas áreas com o TCDF, que é a estruturação de solicitações de dados da SEEDF para outros órgãos ou para atendimento da Lei de Acesso à Informação ou de organização de dados estratégicos. Informou que a arquitetura pensada para o caso, e aprovada na mencionada reunião pelo TCDF, é de um compartilhamento de dados com valor agregado e restrito estritamente ao dado que seja necessário para desenvolver o trabalho. O Subsecretário acrescentou que o TCDF havia solicitado acesso completo a todos os bancos de dados da SEEDF antes da reunião mencionada anteriormente e que este tipo de solicitação já havia sido enviada por outros órgãos de controle. Explicou que a análise do banco de dados é complexa e que, se o órgão não contar com um padrão de coleta, tratamento e distribuição de dados, o acesso completo ao banco de dados de qualquer órgão pode gerar vieses de interpretação inadequados. Além disso, explicou que a liberação de acesso completo ao banco de dados vai de encontro às disposições da LGPD. Nesse momento, Tânia explicou que, para cumprir os princípios da finalidade e, principalmente, da necessidade, previstos no art. 6º da LGPD, para cada dado pessoal e dado pessoal sensível solicitado pelos órgãos de controle deve ser informada a necessidade (motivação) de acesso a estes dados. Informou que este esclarecimento foi dado aos auditores do TCDF em reunião realizada na sala da Subeb. Luan explicou que, diante de todas estas questões, foi identificada a necessidade de se começar a pensar em um Programa de Governança de Dados da SEEDF, onde o escopo da tecnologia da informação e da comunicação seria, entre outros, definir padrões e tratar dados. Luan explicitou que a Governança de Dados vai além da área de tecnologia da informação, que ela envolve todas as políticas e ações construídas com as áreas, como a política que está sendo elaborada em conjunto com a Subeb sobre a utilização do *Google*. Luan ressaltou que, em reunião com a Asgov, surgiu a ideia de que todas estas ações poderiam fazer parte de um Programa de Governança de Dados da SEEDF, algo mais robusto e que envolveria a construção de *frameworks*, políticas, diretrizes, fluxos de processos, LGPD e outros. O Subsecretário ainda salientou que a Governança de Dados é muito importante para o fluxo dos processos e, também, para a transparência e participação social, permitindo o monitoramento e a apresentação de sugestões pelos cidadãos. Nesse momento, Christiano Sasaki lembrou que a fala do Luan está alinhada com área de Governança da SEEDF, que já vem fomentando o tema da participação social e geração de valor público nas reuniões do CIG/SEEDF, desde a aplicação do Índice de Maturidade em Governança e Gestão - IMGG 100 pontos no ano passado; que estes temas estão entre os que, a partir do resultado da aplicação, se verificou a necessidade de avanço da SEEDF. Luan ainda explicou que a Subtic tem trabalhado para que a SEEDF tenha uma política voltada ao *Google*, à *Microsoft*, à política de *backup* e outras que serão construídas, e que estas políticas integrarão o Programa de Governança de Dados. Salientou que a gestão de qualidade de dados é um ponto importante, que perpassa pela necessidade de construção de um banco único de informação modular, e que, em um primeiro momento, o trabalho será desenvolvido com a finalidade de unificar os bancos de dados da SEEDF para melhorar a utilização das informações pela gestão. Explicou que o processo de disseminação dos dados foi dividido em uma tríade: (i) os dados abertos, que geram transparência e participação pública; (ii) os painéis internos de governança e gestão, para uma governança orientada a dados, e (iii) o compartilhamento e reuso dos dados, que fomenta a cooperação entre os órgãos e criação de valor público. No que refere aos dados abertos, o Subsecretário iniciou a apresentação do Portal de Dados Abertos da SEEDF, uma plataforma onde a SEEDF disponibilizará o dados abertos ao público, fortalecendo a transparência e a participação cidadã. O planejamento é de que este Portal esteja interligado ao do Portal do Distrito Federal administrado pela Controladoria-Geral do DF, para que as atualizações sejam automáticas. Os dados abertos disponíveis no Portal da SEEDF já estarão estruturados de forma agregada e preparados para que o compartilhamento esteja nos padrões definidos por esta Secretaria. Luan destacou que o modo de compartilhamento de forma agregada foi corroborado pela área técnica do TCDF, sendo este o piloto para testes dessa arquitetura de compartilhamento de dados. Nesse momento, Christiano Sasaki acrescentou que esse compartilhamento representa um recorte do que foi solicitado, atendendo aos princípios da finalidade

e necessidade dispostos na LGPD, o que possibilita o compartilhamento do mínimo necessário para atendimento do pleito. Complementando, Luan informou que esse recorte pode ser temporal ou variável, com fluxos específicos de atualizações, possibilitando o atendimento na maneira em que o dados forem solicitados. Nesse momento, o Subsecretário Luan abriu a primeira versão do Portal de Dados Abertos para visualização de todos os presentes, mostrou todas as funcionalidades e possibilidades que o Portal oferece, incluindo os grupos de dados já cadastrados com georreferenciamento, e que o georreferenciamento foi estruturado para atender a classificação máxima de abertura de dados, permitindo que qualquer pessoa possa descobrir mais dados à medida que navega por eles. Informou que também é possível aprender sobre o esquema de publicação dos dados diretamente, apenas estudando sua estrutura. Explicou que, respeitada a legislação, quem publica permite que os dados sejam descobertos, aumentando o valor agregado dos dados. Este benefício vale, inclusive, para o próprio órgão que publica, uma vez que os recursos estarão disponíveis para qualquer interessado. Luan informou que foi criado, dentro deste Portal, um painel para a Governança Pública, e que já estão integrados ao Portal o painel de licitações da SEEDF e o cronograma de obras, sendo possível cadastrar outros painéis, como, por exemplo, o das creches, da rede privada para consulta de escolas credenciadas e outros que o CIG/SEEDF definir como prioritários. A Ouvidora Evelyne ressaltou que essa ferramenta vai agilizar os pedidos de acesso à informação e facilitar o trabalho da Ouvidoria, podendo até incluir a Carta de Serviços da SEEDF neste Portal. A Secretária Hélvia destacou a importância dessa agilidade na resposta ao cidadão, diminuindo os processos encaminhados às áreas. Luan informou que também pretende carregar no portal as informações dos Projetos Políticos Pedagógicos - PPPs das escolas públicas para que estas informações estejam vinculadas quando o cidadão fizer a busca por escola. Esclareceu que, além disso, haverá um local específico neste Portal para divulgação do PDAF; dos projetos que, apesar de estarem publicados no *site*, no portal estarão organizados e agregados de maneira estruturada e, ainda, para qualquer matéria que necessite de publicização. O Subsecretário também explicou que o Portal contará com uma inteligência artificial onde o cidadão poderá interagir para facilitar a consulta e tirar dúvidas. Luan continuou mostrando as várias funcionalidades que o Portal de Dados Abertos da SEEDF oferece, demonstrando várias delas e algumas que ainda serão implementadas. Ressaltou que a equipe da Subtic está trabalhando para disponibilizar as séries históricas dos dados e outras bases necessárias. Luan salientou que, em consonância com as melhores práticas de segurança da informação e as diretrizes da LGPD, não é recomendado o acesso direto a dados brutos via banco de dados, especialmente por servidores que não façam parte da estrutura da Diretoria de Informações Educacionais (DINFE). A responsabilidade sobre o acesso a dados deve ser restrita aos profissionais da Gerência de Administração de Banco de Dados (GERAD), de forma a mitigar riscos de exposição indevida de informações sensíveis. Diante disso, o Subsecretário Luan informou que todas as solicitações de visualizações ou extração de informações deverão ser feitas exclusivamente por meio da plataforma *DataOps*, que é o canal oficial para gerenciamento de dados. Esta orientação visa garantir maior controle, segurança e rastreabilidade sobre o acesso e uso das informações, reforçando o compromisso com a proteção de dados e a conformidade com a LGPD. Esses pontos estabelecidos já configuram o início das ações em consonância com o Programa de Governança de Dados da SEEDF, que será posteriormente apresentado ao CIG/SEEDF. O Subsecretário completou que todos podem fazer solicitações de painéis de Governança e Gestão, e que basta que o pedido esteja claro, podendo ser incluídos, por exemplo, painéis que já existam, planilhas sistemas independentes e outros. Esclareceu que esta ação também auxiliará na unificação das informações no Sistema do EducaDF Digital, inclusive de sistemas de outros órgãos que utilizam os dados da SEEDF, como o sistema de contratos gerido pela Secretaria de Estado de Economia do DF. Em seguida, Luan encerrou a apresentação do Portal salientando que tudo foi construído com dados que a SEEDF já possui e que isso ilustra o que é a Governança de Dados, que utiliza os dados não só operacionalmente, mas aproveitando e reusando os dados para que a gestão possa tomar decisões orientadas por eles. Nesse momento, Tânia de Ávila perguntou se, diante do que foi apresentado pelo Luan e considerando que o Portal já está em condições de operacionalização, os membros do CIG concordavam que a Asgov e a

Subtic, em ação conjunta, fizessem a minuta de portaria para a instituição formal da ferramenta e enviassem o processo para assinatura da Secretária de Estado e posterior publicação no DODF. Todos concordaram com a proposta da Chefe da ASGOV, que ainda destacou que a área de governança vem orientando, nas reuniões do CIG/SEEDF, que há várias ações e projetos importantes sendo executados na SEEDF e que é preciso divulgá-los para que a informação chegue a quem ela interessa, ou seja, ao cidadão. Explicou que, nesse sentido, o Portal representará uma importante ferramenta de transparência ativa para a SEEDF. Passando para a próxima pauta, o Subsecretário Luan tratou sobre as constantes quedas ou indisponibilidade de sistemas. Reforçou que este não é um problema exclusivo da Educação, mas uma situação que vem preocupando toda a área de tecnologia da informação, e que o GDF orientou que os órgãos devem estar atentos para evitar vulnerabilidades nos sistemas. O Subsecretário explicou algumas situações de vulnerabilidade da SEEDF, tratadas conjuntamente com a Secretaria de Estado de Economia do DF (SEEC), as medidas de segurança para tratar dessas situações, do modelo de arquitetura do Sistema SIGEP, que poderá ser utilizado para todas as aplicações da SEEDF, e se há a possibilidade de que o modelo seja cedido para outros órgãos. Luan explicou que os principais sistemas da SEEDF já estão nesse modelo de arquitetura, mas é preciso migrar o restante dos sistemas e por isso o cronograma de desenvolvimento de sistemas poderá ser afetado. A Secretária Hélvia ressaltou que, mesmo que possa afetar o desenvolvimento de alguns sistemas, migrar os sistemas restantes para o unificado e ter foco na segurança das informações são ações que devem ser tratadas com prioridade. Luan comprometeu-se a apresentar na próxima reunião do CIG/SEEDF a prestação de contas do desenvolvimento de sistemas do último trimestre e o que poderá ser afetado devido a essa situação. Nesse momento a Secretária Hélvia solicitou que a emissão de históricos escolares dos estudantes não seja afetada e a Chefe da AJL, Mônica Gondim, lembrou que esse é um ponto importante para evitar futuras demandas judiciais. Tânia de Ávila ressaltou a importância da reunião extraordinária sobre o planejamento das ações para o início do ano letivo de 2025, para evitar que os sistemas estejam sobrecarregados, principalmente depois da exposição do Subsecretário da Subtic. Ressaltou que os principais temas de cada Subsecretaria deverão ser tratados nesta reunião para que os cronogramas estejam alinhados. A Secretária Hélvia e a Subsecretária de Gestão de Pessoas, Ana Paula, salientaram a importância do ponto levantado pela Chefe da Asgov. Antes de passar para a última pauta do dia, Tânia informou aos membros do CIG/SEEDF que o Encarregado Governamental da LGPD na Casa-Civil do DF criou uma ação em rede com os Encarregados Setoriais dos órgãos do DF, constituindo três grupos de trabalho, com temáticas específicas, para apresentação, até o final de 2024, de um modelo de implementação da LGPD para todo o GDF. Informou que o primeiro grupo tratará do mapeamento e gestão de dados pessoais, o segundo da segurança da informação e adequação dos sistemas, no qual o Subsecretário Luan foi convidado a participar, e o terceiro sobre o monitoramento, impacto e avaliação de riscos. Esclareceu que a SEEDF participará de todos os grupos de trabalho e que os trabalhos iniciarão no dia 24 de setembro de 2024, com reuniões semanais para cada grupo. Informou, ainda, que à medida que os trabalhos evoluam, os membros do CIG serão informados para que possam dar sugestões sobre os temas. Em seguida, Tânia passou a palavra à Ouvidora da SEEDF, Evelyne, para apresentar a última pauta. Evelyne informou que, desde o início da utilização do Cartão Material Escolar, a SEEDF enfrentou muitos desafios e que este assunto teve o maior número de ouvidorias durante um certo período em todo o DF. Explicou que representantes da Ouvidoria, Ascom e Asgov da SEEDF participaram do primeiro curso de Governança de Serviços oferecido pela CGDF, que teve o intuito de mostrar como melhorar e redesenhar os serviços públicos para atender melhor as pessoas utilizando a estratégia de avaliação dos serviços com a experiência dos usuários e a capacidade de inovação do governo. Salientou que a Ouvidoria é um ótimo ponto de partida, pois tem acesso a muitas informações sobre as opiniões e as necessidades reais das pessoas e foi justamente nesse ponto que surgiu a ideia de se fazer um projeto sobre o Cartão Material Escolar. O servidor Rogério Moreira complementou ressaltando que o curso da CGDF representou um projeto piloto, tendo sido, inclusive, o primeiro curso de Governança de Serviços utilizando metodologias ágeis e focado em inovação no Brasil. A Ouvidora explicou que a atividade final do curso foi a apresentação de um projeto utilizando

essa demanda de Ouvidoria, que fosse viável para a execução pelos órgãos participantes do curso, e que o Cartão Material Escolar foi o tema escolhido pelos servidores da SEEDF. O projeto foi apresentado na aula magna de encerramento do curso, sendo bastante elogiado, inclusive pelo Controlador-Geral do DF. Destacou que as demandas sobre este Cartão são, em sua maioria, solicitações de informações, dúvidas e dificuldades dos cidadãos, e não reclamações. Dessa forma, o projeto foi pensado para atender esta necessidade de levar as informações aos cidadãos, pois a Ouvidoria observou que, apesar de as informações estarem divulgadas, era preciso uma ação prática para atender principalmente as pessoas mais simples. Complementando, a Secretária Hélvia informou que este Cartão atende os beneficiários do CadÚnico, que são pessoas simples, que, as vezes, têm dificuldades para acessar as informações e recorrem à Ouvidoria para obtê-las porque já conhecem este canal. Retomando a palavra, Evelyne ressaltou que era necessária uma solução para atender esses cidadãos. Nesse momento, o servidor Rogério informou que, no curso de Governança de Serviços, a SEEDF propôs a criação de uma carreta do Cartão Material Escolar, que poderia, de forma prática, alcançar o cidadão em sua comunidade, sem que ele precisasse se deslocar para conseguir as informações. Evelyne continuou explicando que as demandas sobre o cartão foram reduzidas em média 40% devido às ações tomadas em conjunto com a equipe da Suape, área responsável pelo Cartão, e que a dificuldade inicial era tirar o projeto do papel, conseguir a carreta e a estrutura para atender os cidadãos. Esclareceu que, em reunião sobre o projeto, a Subsecretária da Suape, Fernanda Mateus Costa Melo, propôs utilizar a carreta da Defensoria Pública do DF (DPDF), que está realizando o projeto Defensoria nas Escolas e que já conta com toda a estrutura necessária para o atendimento ao cidadão. Diante desta proposta, foram realizadas tratativas junto à DPDF, que se colocou à inteira disposição para agregar o projeto do Cartão Material Escolar ao seu cronograma de atendimento e colocou toda a estrutura da carreta à disposição, para que a SEEDF possa implementar esse projeto em conjunto com o da Defensoria nas Escolas. Fernanda complementou afirmando que a carreta da Defensoria vai até as unidades escolares, com cronograma definido por Coordenação Regional de Ensino e conta com toda a estrutura física e de rede para atendimento ao cidadão, além da *expertise* da equipe da DPDF. Esclareceu que a carreta estará ativa nos dias 24, 26 e 27 de setembro de 2024, já com a equipe técnica da Suape para tirar dúvidas e realizar qualquer atendimento necessário sobre o Cartão; da Ouvidoria, para registrar qualquer solicitação do cidadão, seja relativa ao Cartão ou a qualquer outro tema; da Ascom e da Asgov que também participarão das atividades, dando início, assim, ao projeto sobre o Cartão Material Escolar desenvolvido no curso de Governança de Serviços oferecido pela CGDF. Evelyne informou que alguns materiais de divulgação já estão sendo produzidos, explicou como o projeto deve funcionar na prática e que espera que as demandas sobre o Cartão diminuam depois da execução desse projeto, mas o objetivo real é tirar as dúvidas do cidadão e aproximar o órgão da comunidade escolar, demonstrando a disponibilidade da SEEDF em atender o cidadão. O servidor Rogério reforçou a importância de que levar esta solução ao cidadão. Retomando a palavra, a Secretária Hélvia elogiou a parceria da DPDF com a SEEDF, o pronto atendimento e a disponibilidade em acolher o projeto da SEEDF, e destacou a importância de se realizar um planejamento conjunto e tratativas com os órgãos envolvidos, para que se tente viabilizar o pagamento da primeira parcela do cartão antes do início do ano letivo, pois as pessoas assistidas por esta política pública são de extrema vulnerabilidade social e necessitam deste benefício. No uso da palavra, e não havendo dúvidas e nada mais a tratar, a Secretária de Estado de Educação, Hélvia Paranaçu, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 17h37min, tendo sido lavrada a presente Ata, que segue assinada por todos os presentes, citados neste documento.



Documento assinado eletronicamente por **TÂNIA DE ÁVILA - Matr.0045243-2, Membro do Comitê**, em 30/09/2024, às 11:23, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **HÉLVIA MIRIDAN PARANAGUÁ FRAGA - Matr.0300692-1, Secretário(a) de Estado de Educação do Distrito Federal**, em 30/09/2024, às 14:39, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA PAULA - Matr.0256657-5, Subsecretário(a) de Infraestrutura Escolar**, em 30/09/2024, às 14:41, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ELIANA RODRIGUES VIDAL - Matr.0043966-5, Subsecretário(a) de Administração Geral substituto(a)**, em 30/09/2024, às 14:51, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANTÔNIO CARLOS DO PATROCÍNIO - Matr.0214476-X, Assessor(a) Especial**, em 30/09/2024, às 14:51, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA MATEUS COSTA MELO - Matr. 02029189, Subsecretário(a) de Apoio às Políticas Educacionais**, em 30/09/2024, às 14:52, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **CHRISTIANO DA SILVA SASAKI - Matr.0249767-0, Chefe da Assessoria Técnica de Governança, Integridade e Gestão de Riscos**, em 30/09/2024, às 14:53, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **CÁSSIA LUÍZA DE OLIVEIRA MAZZA - Matr.0067232-7, Assessor(a) Especial**, em 30/09/2024, às 15:01, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **VERA LUCIA RIBEIRO DE BARROS - Matr.0242418-5, Subsecretário(a) de Educação Inclusiva e Integral**, em 30/09/2024, às 15:03, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **GRASIELE VIEIRA LIMA - Matr.0257336-9, Gestor(a) em Políticas Públicas e Gestão Educacional**, em 30/09/2024, às 15:17, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **EVELYNE MARIA MOURA DA CUNHA QUEIROZ - Matr.0034856-2, Ouvidor(a)**, em 30/09/2024, às 15:51, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA EDUARDA SOARES CARDIM - Matr.0249640-2, Chefe da Assessoria de Comunicação substituto(a)**, em 30/09/2024, às 15:58, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito



Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO MOREIRA DE OLIVEIRA - Matr.0252574-7, Analista em Políticas Públicas e Gestão Educacional - Apoio Administrativo**, em 30/09/2024, às 18:37, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MONICA MARIA CUNHA GONDIM - Matr.0036573-4, Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa**, em 30/09/2024, às 19:57, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUAN LOPES LEITE - Matr.0239702-1, Subsecretário(a) de Operações em Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 30/09/2024, às 23:45, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANO SENA SANTOS - Matr.0203015-2, Chefe da Unidade de Planejamento Estratégico e Orçamentário**, em 02/10/2024, às 09:48, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA GADELHA MARQUES MEIRA - Matr.0208491-0, Chefe da Corregedoria**, em 02/10/2024, às 09:54, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA DE OLIVEIRA AGUIAR - Matr.0020047-6, Subsecretário(a) de Gestão de Pessoas**, em 02/10/2024, às 22:52, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANA CLAUDIA NOGUEIRA VELOSO - Matr.0020325-4, Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal**, em 03/10/2024, às 10:15, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=151124159)
verificador= **151124159** código CRC= **7FE13E19**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Shopping ID, SCN, Qd. 06, Conjunto A, Edifício Venâncio 3.000, Bloco B, 12º andar - Bairro Asa Norte - CEP 70716-900 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.se.df.gov.br